

3. EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS: FAMÍLIAS OU EMPRESAS ?

As formas de organização da produção agrícola têm alimentado uma das polémicas mais interessantes da economia agrária no último meio século. Esta polémica decorre da procura de um modelo explicativo global da evolução das sociedades mais desenvolvidas. A problemática em que assenta a referida polémica tem incidido principalmente em dois vectores, estreitamente relacionados entre si: (1) possibilidade de generalização do padrão mercantil ao conjunto das actividades do homem, designadamente à produção agrícola, e (2) legitimidade de padronização das estruturas e dos mecanismos de reprodução social, com especial incidência nas unidades de produção de base familiar.

Os modelos normativos de base económica propostos desde os anos 50 encontram inúmeras dificuldades para abarcar o funcionamento e a evolução global dos sistemas agrários, não só no que respeita à realidade das sociedades tradicionais, onde os índices de autosubsistência no mundo rural mantêm elevados valores, mas também nas chamadas sociedades desenvolvidas do Ocidente.

As actividades do homem, sobretudo as que permitem a apropriação, a valorização e a transacção mercantil de bens e de serviços, representam uma parcela limitada na vida das sociedades. Giarini afirma que, se no início do séc. XVI menos de 1% da vida média de um europeu estava organizada em função de um sistema monetarizado, nos nossos dias a correspondente parcela não se afastará muito dos 16% (Giarini & Stahel, 1990). Neste quadro, reconhecer-se-á a dificuldade, ou melhor, a impossibilidade de enquadrar toda a actividade do homem em normas e regularidades que reflectam comportamentos que se possam traduzir em actos de natureza económica. Uma postura que

pretenda inserir-se apenas nesta tendência, obrigar-se-á à missão impossível de valorizar, abusiva e subjectivamente, objectos, serviços e procedimentos, que correspondem a simbolismos culturais diferenciados e que adquirem valores qualitativos sociais diversos, de acordo, nomeadamente, com a região, a cultura, a história e, inclusive, a religião. O valor pecuniário, que permitiu homogeneizar, através do equivalente monetário, as categorias de riquezas que são abrangidas pela análise económica, compreende, apenas, uma pequena parte das actividades do homem, embora tivesse permitido à economia arvorar-se, em determinado período da sua evolução, em "ciência positiva" e tentar uma aproximação às denominadas "ciências duras", as quais representavam então o prestígio da Ciência.

Retendo apenas os sectores habitualmente utilizados para agrupar e classificar as denominadas actividades económicas, e que deveriam ter, em princípio, uma maior aptidão para a monetarização, pode verificar-se, contudo, que até estes se estruturam de uma forma diferenciada e muitas vezes contraditória, evitando nalguns domínios a subordinação total ao padrão mercantil.

Esta tendência continua a aparecer bem marcada nas sociedades de hoje, não obstante os principais bens e os serviços terem deixado de ser considerados como um valor de uso, aos quais muitas vezes nem era atribuído qualquer equivalente monetário, para passarem a estar disponíveis a coberto de um valor de mercado, identificados pelo respectivo preço.

O grau de monetarização atingido pelas transacções inseridas nas actividades económicas varia, no entanto, de acordo com o tipo e extensão do desenvolvimento que os respectivos sectores protagonizam. Note-se, desde já, que um maior desenvolvimento não se identifica, forçosamente, com um crescente grau de monetarização.

Como exemplo, podem referir-se os sectores da agricultura, do comércio a retalho e de alguns serviços (saúde, reparações, etc.), assegurados por pequenas e muito pequenas unidades, onde, num número significativo de casos, existe uma identificação, no seio da mesma entidade, entre a estrutura produtiva e o grupo social que desenvolve essa actividade, normalmente de características familiares. A respectiva taxa de integração mercantil é, nesses casos, moderada. A lógica da monetarização incide parcialmente nestes sectores. São

sectores onde, para além de outras características, o peso da chamada ocupação não remunerada é significativa e, nalguns casos mesmo, predominante (casos da agricultura e do comércio a retalho).

No que se refere especificamente à produção agrícola, tem havido, no quadro atrás descrito, dificuldades constantes para definir modelos explicativos do seu funcionamento. A base da organização produtiva do sector é constituída por explorações agrícolas que, no caso das regiões onde se insere o nosso país, se baseiam predominantemente em estruturas familiares. A tendência evolutiva tem-se manifestado, aliás, no sentido do reforço da base familiar das unidades de produção.

Esta realidade não pode ser escamoteada mas, pelo contrário, tem de ser considerada como o ponto de partida para qualquer análise que incida no sector agrícola.

O domínio da produção agrícola baseia-se, em suma, em estruturas organizativas predominantemente decorrentes do agrupamento familiar, em geral de pequena e média dimensão no que toca ao património fundiário (este mais ou menos beneficiado), com distintos níveis de intensificação no que respeita ao capital de exploração e com uma componente significativa de trabalho familiar.

3.1. O PRODUTOR RACIONAL E SOBERANO

A explicação neo-clássica aplicada à produção decorre do princípio de que o produtor é soberano e domina teoricamente a possibilidade de manipular os distintos factores de produção que utiliza. Este é possuidor de uma capacidade plena, o que lhe permite definir a combinação adequada de factores e decidir a sua concretização de acordo com a melhor opção (óptimo económico), tendo em atenção os objectivos que estipula para o seu negócio. A formalização deste quadro permitirá definir uma **função de produção** e estudar o respectivo comportamento, procurando os seus pontos notáveis, os quais fornecerão indicações precisas sobre as melhores combinações que, satisfatoriamente, se ajustam aos objectivos estabelecidos.

A análise é estritamente dedutiva, desenvolvida por via formal e habitualmente complementada com exercícios variados de simulação que incidem, nomeadamente, sobre as consequências da alteração do

aparelho produtivo (mudanças tecnológicas, novos investimentos, etc.), sobre a elasticidade parcial ou a substituição de um qualquer factor de produção, sobre os custos acrescidos (totais e marginais) decorrentes de um aumento da produção, sobre a determinação do óptimo económico integrando o preço e a quantidade dos factores e dos produtos, etc. (Ellis, 1988).

De acordo com esta tendência, procura-se, em suma, definir e estudar uma função que traduza uma relação fortemente positiva entre os *inputs*, os *outputs* e o aparelho produtivo. Um sem número de variações podem, complementarmente, ser simuladas, como se de um jogo se tratasse, antevendo situações particulares diferenciadas. Estas traduziriam soluções técnico-económicas decorrentes de distintas possibilidades, também teóricas, de combinar os factores de produção (com diferentes níveis de abundância, intensidade, tecnologia, qualificação, etc.), tendo presente que as variáveis decisivas são incorporadas através dos respectivos custos, correspondentes aos preços praticados no mercado. O mercado, entidade mitificada, aparece como o topo do edifício, como resultado das sucessivas interacções das estratégias, consideradas livres, dos produtores e das empresas.

No entanto, apenas uma pequena parte das características internas e dos condicionantes externos é passível de ser traduzida em variáveis, quantificáveis ou não. Umas são desconhecidas; outras afirmam-se redundantes; outras ainda parecem, numa primeira abordagem, poderem desprezar-se, embora possam ser, na realidade, determinantes no funcionamento da unidade de produção. A própria actuação dos produtores, supostamente livre e racional, tem obviamente limites, impostos nomeadamente pelo acesso à informação e pelo meio envolvente: educação, formação profissional, cultura, capacidade empreendedora, etc. Uma grande diversidade de funções e uma apertada rede de interrelações condiciona o funcionamento da generalidade das actividades do homem.

A capacidade de modelização, embora teoricamente ilimitada, obriga contudo a que, previamente, seja fixado um número considerável de condições (quantas ?; quais ?) e a que, conseqüentemente, sejam impostas simplificações e restrições ao sistema produtivo que se pretende estudar. De outro modo seria praticamente impossível modelizar o comportamento de entidades sociais deste género, devido ao fabuloso volume de informação que se teria de manipular, sem nunca se

poder afirmar que se estaria em presença das variáveis suficientes ou significativas, as quais possibilitassem, por si só, definir a realidade em estudo. Na verdade, só a redução drástica das variáveis a integrar na equação do problema é que permitirá tornar o modelo operacional, isto é, em condições de ser resolvido e de apresentar, conseqüentemente, soluções efectivas.

Como contrapartida, as simplificações avançadas vão obrigar a uma **artificialização compulsiva da realidade**, inerente, aliás, a qualquer iniciativa de modelização. O que se analisa não é já a realidade social, nas suas eventuais manifestações de carácter económico, mas sim uma entidade mais ou menos caricaturizada. Nela se procedeu a uma intervenção "cirúrgica", normalmente profunda, no sentido de isolar um reduzido número de características (variáveis); e é com base nessas características, de uma forma estática e dedutiva, que se irá proceder à análise do funcionamento dessa entidade. De acordo com Van der Ploeg (1990), os modelos neo-clássicos buscavam a solução óptima, mas obrigavam, porém, a que a análise da situação fosse "minuciosamente atomizada e completamente estática".

As condições iniciais necessárias à construção de um modelo normativo só deveriam ser estabelecidas após um conhecimento profundo da realidade, conhecimento este que, paradoxalmente, constitui o ponto de chegada. Perverte-se, pois, o próprio processo do conhecimento, invertendo o percurso utilizado para a sua elaboração e fazendo resvalar a análise social para modalidades dedutivas, tomando como pontos de partida situações normalmente não reais, artificialmente definidas.

A modelização formal fica, porém, aparentemente facilitada se nela se integrarem, apenas, os principais fluxos e o património susceptíveis de serem quantificáveis. Daí que haja uma preocupação e um interesse de mercantilizar e monetarizar todo o processo produtivo, pois quanto mais comercial for a actividade, isto é, quanto maior for a sua inserção no mercado (no limite, comprando tudo o que necessita para funcionar e vendendo toda a sua produção), mais reduzidas poderão parecer as discrepâncias entre o modelo e a realidade, e maior credibilidade se poderá atribuir à construção desse simulacro.

Porém, de acordo com esta perspectiva redutora, os agentes que intervêm no processo produtivo continuam apenas a serem identificados

através de alguns aspectos do seu comportamento económico, o que quer dizer que só são normalmente consideradas as acções e as produções em relação às quais se pode (ou se consegue) associar um valor numérico: o preço. Só a atribuição de um preço, real ou imputado, permite a manipulação posterior do modelo e a procura, por via formal, das soluções julgadas possíveis, as quais traduzem equilíbrios funcionais, ainda que parciais, neste processo complexo de produção.

A simplificação obriga, como se afirmou, a desprezar os restantes factores que definem o enquadramento sócio-cultural e que não raras vezes condicionam profundamente as respectivas lógicas de funcionamento e as estratégias de desenvolvimento. Estão nestes casos, e recorrendo ao âmbito da produção agrícola, todos os aspectos inerentes ao funcionamento do grupo social familiar: as tensões intrafamiliares, o enquadramento simbólico e social do agregado do produtor, as solicitações sócio-profissionais do exterior, as expectativas de transferência patrimonial decorrentes dos mecanismos de sucessão, as influências políticas globais e sectoriais, a inserção local e regional da unidade de produção, etc.

As dificuldades inerentes à modelização da actividade de produção agrícola, não obstante terem suscitado fortes apreensões, sugeriram recentemente uma abordagem com uma vertente positiva, o que fez com que os objectivos iniciais da formalização se afastassem da mera perspectiva normativa e redutora. Embora mantendo a mesma raiz formal, alguns investigadores orientaram os seus trabalhos não já com fins normativos, mas sim com o objectivo de acompanhar a análise concreta que desenvolviam (Brossier *et al*, 1990). É, aliás, nesse sentido que Sautter se interroga: o modelo destinar-se-á a substituir o real ou, pelo contrário, deverá servir de utensílio para um diálogo com a realidade? (Sautter, 1990).

A apreciação crítica dos limites da perspectiva formalista neoclássica tem sido abordada com bastante desenvolvimento. Socorremo-nos de Coudrieau (1988) para reforçar esta argumentação. Para este autor, cada pessoa age na realidade de acordo com uma diversidade de facetas: consumidor, chefe de família, contribuinte, agente de poupança, produtor, assalariado, etc., situações variadas que dificultam o pretenso "triunfo taxonomista" aplicado ao denominado mundo empresarial. Para além disso, e na sequência das teses de Simon e de outros autores sobre a racionalidade limitada, Coudrieau afirma, no

mesmo trabalho, referindo-se à produção agrícola, que "o produtor agrícola é um homem sentimental, irracional (...); ele afasta-se do *homo economicus*, conceito sustentado pelos representantes da ciência dos comportamentos calculados, nomeadamente pelos economistas neoclássicos" (Coudrieau, 1988). A irracionalidade apontada neste texto por Coudrieau referir-se-á, por certo, à difícil inserção do empreendedor num perfil estereotipado, pré-definido, de comportamento calculado, do qual se espera, inequivocamente, a adopção da melhor decisão no momento mais adequado.

A apresentação do *state-of-the-art* referente às explorações agrícolas de base familiar, na perspectiva da produção científica anglo-saxónica (Gasson *et al*, 1988), clarificou algumas críticas em relação à chamada componente empresarial destas unidades produtivas. As análises empreendidas por diversos autores baseadas em pesquisas realizadas em distintas regiões e referenciadas nesta importante síntese, ilustram que os objectivos das explorações agrícolas de base familiar são diversificados e dificilmente se poderão reduzir a opções simplistas, associadas à maximização do lucro. A lógica de funcionamento é normalmente enformada por alguns valores estranhos à teoria económica, como a autonomia, a independência, a sobrevivência, uma vida mais tranquila ou, com maior frequência, a manutenção e valorização do património familiar tendo em atenção a normal transferência geracional da actividade, a qual se pretende ceder numa situação estruturalmente segura e patrimonialmente sadia.

No âmbito destas estratégias familiares, preponderantes nas nossas sociedades, deve sublinhar-se que as respectivas actividades estão habitualmente associadas a escalas temporais decorrentes dos ciclos familiares e das possibilidades de sucessão ou de manutenção das actividades, estendendo-se claramente muito para além do "longo prazo" em uso nas operações económicas correntes.

Às motivações, aspirações e expectativas que têm origem na dinâmica interna do grupo familiar, deverão acrescidamente associarem-se os condicionalismos impostos pelo ambiente sócio-económico envolvente que afectam significativamente as estratégias destas unidades. O condicionamento institucional, o papel dos credores, a dependência da banca, a capacidade de escoamento dos produtos, a distância aos mercados e, a outro nível, os padrões de consumo, o poder de compra, as solicitações de outras actividades, a escolaridade

obrigatória, a atracção da vida urbana são alguns dos vectores que influenciam o comportamento social e profissional das famílias.

3.2. O PRODUTOR SOCIALMENTE DETERMINADO

Os paradigmas de raiz marxista, embora enfraquecidos na actualidade, marcaram, contudo, algumas das contribuições mais polémicas da economia agrária no presente século. De acordo com estas correntes, admitia-se que a acção individual era fortemente condicionada pelas regras globais de evolução da sociedade. O progresso social decorria basicamente de conflitos inevitavelmente gerados entre os grupos sociais com protagonismo na evolução social, e as diferentes vertentes da sociedade não seriam mais do que aproximações inseparáveis dessa mesma realidade. A perspectiva é, ao contrário da anterior, global, inserindo-se no processo de evolução social.

A concentração dos meios de produção, nomeadamente da terra, era considerada como uma tendência irreversível do desenvolvimento económico, à semelhança, aliás, do que se passaria no sector industrial, considerado como paradigma do progresso. Só deste modo seria possível associar o factor eficiência à economia de escala, introduzir tecnologias mais avançadas e competitivas e produzir mais com menores custos. A previsível concentração seria inexoravelmente acompanhada da destruição das pequenas e médias unidades de produção, devido à obsolescência dos respectivos processos e meios de produção. Esta tendência abriria, conseqüentemente, caminho à generalização do salaríato, o qual era considerado como um sistema transitório mas inevitável do processo social.

A generalização do modo de produção capitalista à agricultura arrastaria também o desaparecimento compulsivo da pequena produção agrícola e permitiria o fortalecimento das formas capitalistas de produção, as quais seriam as únicas a facilitar a "aplicação científica consciente da agronomia" (Marx, citado por Nallet, 1983). A pequena produção, mais ou menos mercantilizada, constituía, nesta perspectiva, um entrave ao desenvolvimento normal das forças produtivas, ao estabelecimento de relações sociais de trabalho avançadas (leia-se, assalariadas), à concentração do capital, à produção em grande escala e, enfim, à aplicação da ciência à agricultura.

A evolução social cumpriria, de acordo com esta perspectiva, um caminho que estava, nas suas traves mestras, bem definido e identificado. Uma longa fase evolutiva (?) deveria esgotar o potencial produtivo da sociedade capitalista e abriria caminho a uma mudança estrutural, arrastando a substituição do modo de produção dominante e provocando a conseqüente adaptação, mais ou menos brusca, nas relações sociais de produção até então dominantes.

Ao longo desta evolução, assistir-se-ia a uma demarcação cada vez mais nítida entre a função do proprietário dos meios de produção e a dos que apenas dispõem do trabalho para garantir o respectivo sustento, os quais gerariam um exército de trabalhadores dependente do reduzido grupo de detentores dos meios de produção. Estes seriam os responsáveis pela organização da produção e ditariam as principais regras de funcionamento social da produção.

Importa, em suma, reter que, de acordo com esta perspectiva, as unidades de base familiar seriam, no decorrer desta evolução, inexoravelmente destruídas devido à impossibilidade de se adaptarem às mudanças organizativas e tecnológicas induzidas pelo aumento da escala da produção capitalista, aumento este considerado inevitável. A existência em alguns sectores de actividades baseadas em estruturas familiares traduziriam forçosamente situações menos claras, transitórias, vestígios até de modos de produção passados e, por isso, caducos ou, como último recurso, bolsas marginais ainda não atingidas pelo progresso técnico-económico e que vegetariam no seio da nova e historicamente legítima organização social.

Para sobre esta concepção uma perspectiva "teológica" na base da qual só são reconhecidas formas de organização da produção que espelhem as características dominantes das relações capitalistas, relegando as restantes, sem apelo nem agravo, para meras relíquias do passado, em vias de extinção, ou reflectindo situações marginais (Friedmann, 1986a).

A manutenção persistente e generalizada, nas sociedades actuais, de estruturas produtivas de base familiar, obrigaram a admitir que outras formas de produção poderiam coexistir e a repensar as modalidades de análise social no sentido de permitir uma mais adequada aproximação à realidade.

3.3. DIVERSIDADE DAS FORMAS DE PRODUÇÃO

Embora com pressupostos distintos, as duas tendências atrás esboçadas coincidem no padrão organizativo que propõem para a produção e aproximam-se na análise que fazem à dinâmica de reprodução dos agentes que intervêm na actividade económica. Ambas prognosticaram o desaparecimento das pequenas unidades de produção, principalmente daquelas que estão estruturadas com base no agrupamento familiar, prognóstico esse baseado, sobretudo, em critérios relacionados com a dimensão, com a competitividade e com a eficiência, as quais deveriam ser taxativamente verificadas por forma a poderem permitir ou a evolução gradual considerada inevitável ou, ainda, e por razões diferentes, a procura das esperadas eficácias económicas.

A persistência das explorações agrícolas de base familiar, sobretudo nos países capitalistas desenvolvidos (Europa ocidental, América do Norte e Japão), tem, contudo, suscitado inúmeras interrogações e contribuiu para impulsionar algumas linhas de investigação relacionadas com o estudo da racionalidade específica do funcionamento destas estruturas.

A base familiar suscitava, como vimos, apreensões e interrogações quanto à possibilidade de conciliar numa mesma entidade os chamados interesses do capital e do trabalho, de remunerar adequada e equilibradamente os factores de produção mobilizados, de produzir numa escala óptima por forma a garantir nichos particulares de mercado ou de programar uma actividade susceptível de ser balizada num prazo considerado apropriado para o equilíbrio económico-financeiro da exploração. Recorde-se a disparidade existente entre o longo prazo das operações económicas e o prazo associado aos negócios familiares (normalmente abrangendo mais do que uma geração), a que já fizemos referência.

As principais contribuições teóricas, ainda que com origens diversas, inserem a exploração agrícola de base familiar num vasto segmento da sociedade, preenchido por actividades que se afastam da pura lógica mercantil. Embora este padrão organizacional não seja exclusivo da agricultura, é neste sector de actividade que tem apresentado uma expansão significativa. A produção agrícola, assumindo maioritariamente esta forma organizativa, tem mantido a sua contribuição para a concretização não só de certos objectivos sócio-económicos

fundamentais da nossa sociedade (emprego, consumo alimentar, sustento dos agregados familiares ligados à terra, geração de excedentes que permitem o acesso ao mercado consumidor, etc.), como também de outros relacionados com o equilíbrio social e ambiental (produção de alimentos, ocupação do espaço rural com reflexos imediatos na deterioração dos recursos e na "desertificação" do território, conservação de recursos naturais, etc.).

De acordo com Friedmann (1986b), duas características definem a especificidade das actividades económicas promovidas por estruturas familiares no seio de economias capitalistas: o processo de trabalho e as relações de propriedade. Relativamente à primeira questão, as relações estabelecidas entre trabalhadores familiares na respectiva unidade produtiva orientam-se, fundamentalmente, por comportamentos que decorrem do parentesco, do sexo e da idade, afastando-se das regras específicas do mercado de trabalho que afectam principalmente a condição de assalariado. A estas características, que definem as relações sociais do agregado familiar, poder-se-ia acrescentar a vizinhança e a amizade, nomeadamente nas pequenas comunidades, as quais definem diferentes e complexas formas de relacionamento e de cumplicidade, que afectam as actividades produtivas. Este aspecto é tanto mais importante quanto se sabe que, na agricultura, mais do que em qualquer outro sector, a qualidade profissional de produtor agrícola (ou de trabalhador agrícola familiar) é (ou tem sido) adquirida quase exclusivamente pela experiência, nos contactos com os elementos mais idosos, familiares ou não (transferência prática de conhecimentos, herança antecipadamente decidida, etc.), à revelia da escola. A função desempenhada por cada um dos elementos do agregado familiar é definida no processo produtivo, tendo em atenção as características próprias de cada membro do agregado, assim como a prevista função que irá ocupar, futuramente, na exploração.

A segunda questão refere-se ao facto de estar concentrada na mesma entidade, o grupo familiar, simultaneamente a capacidade de trabalho e a propriedade dos meios de produção. Deste modo, a estrutura familiar disponibiliza os meios de produção e grande parte, senão a totalidade, do trabalho utilizado no processo produtivo.

Estas duas características, inerentes à organização das actividades produtivas que são desenvolvidas com base em agregados familiares, na agricultura ou noutros sectores da actividade económica, chocam

frontalmente com as formas de produção dominantes, decorrentes das características da produção capitalista, nomeadamente em termos da organização da produção e dos objectivos que presidem à própria actividade. Como formas de produção heterodoxas que são, as suas relações sociais, maioritariamente de base familiar, dificilmente se reproduzem através da submissão ao padrão capitalista, pelo que a respectiva capacidade de evolução e de adaptação decorre marcadamente das características internas destas estruturas.

Neste domínio deve realçar-se a contribuição da socióloga canadiana Harriet Friedmann (Universidade de Toronto), através de trabalhos que publicou desde o início dos anos 80. Esta autora examinou (Friedmann, 1980) a lógica de funcionamento das estruturas produtivas predominantes na agricultura e concluiu que dificilmente esta poderia ser enquadrada nos mecanismos analíticos da teoria clássica marxista, associados ao conceito de modo de produção capitalista. O carácter transitório atribuído a estas estruturas era a única alternativa admissível no quadro daquela perspectiva analítica, a qual pretendia englobar e explicar, muito embora descrecionariamente, a totalidade da realidade social. Perspectiva essa que a evolução da produção agrícola se encarregou de questionar. A manutenção do tecido familiar ao nível da produção agrícola não só não viu diminuída a sua importância, como inclusivamente a consolidou. A definição das políticas agrícolas europeias e norteamericanas, em vigor nos últimos trinta anos, recorreu, ainda que muitas vezes com carácter diletante, a este pressuposto.

Estas mesmas dúvidas estendem-se também à perspectiva neo-clássica. O objectivo da maximização do lucro, entendido por esta perspectiva como o motor de toda a actividade produtiva, não explica a permanência das explorações agrícolas de base familiar. Friedmann recorda, noutro trabalho (Friedmann, 1986b), que não se deve confundir o padrão industrial (nomeadamente no que respeita à organização e aos objectivos) com o desenvolvimento do capitalismo. Este estrutura e reestrutura o tecido produtivo, procurando compatibilizar e integrar as diversas formas de produção. Uma dessas formas de produção baseia-se, justamente, na organização decorrente do agregado familiar e, devido à combinação de estruturas, de papéis e de objectivos particulares que assumem, é difícil vislumbrar uma "racionalidade formal" que provenha de regularidades sociais bem definidas.

A elaboração de um quadro teórico específico da produção

agrícola, na esteira dos autores populistas russos do início do século, não se coadunava também com as múltiplas relações e dependências de todo o tipo estabelecidas, na actualidade, entre as explorações agrícolas e o meio sócio-económico envolvente. A situação de então apresentava profundos traços autárquicos, responsáveis por economias predominantemente de subsistência. Marsden (1991) chamou-lhes, por isso, estratégias de sobrevivência, em oposição às já referidas estratégias de transição. Ficaram, porém, daqueles autores, o mais famoso dos quais terá sido Tchayanov, a apreciação fundamental dos condicionalismos impostos pela demografia à economia das explorações agrícolas, bem como a definição de alguns indicadores associando as funções de produtor e de consumidor dos membros do agregado do agricultor.

Friedmann (1980) propõe, então, o conceito de forma de produção com a finalidade de englobar conceptualmente a diversidade existente nas unidades de produção. A definição das diversas formas de produção resultará das convergências particulares entre a unidade de produção e a formação social. Esta última define o contexto que permite o enquadramento e o desenvolvimento das unidades de produção e, sobretudo, baliza o respectivo processo de reprodução social, entendido este como a criação de condições sociais que irão permitir recriar a estrutura original, mantendo globalmente o respectivo padrão social e relacional. A conjugação destes condicionalismos externos com as características internas da unidade de produção determinará as condições específicas de reprodução (manutenção), de decomposição (extinção) ou de transformação (substituição) dessas mesmas unidades.

Defendendo uma maleabilidade nos critérios de análise das unidades de produção agrícolas, Friedmann conclui que as características da formação social onde se inserem podem não estar internamente reflectidas, embora sejam naturalmente condicionadas por elas. O enquadramento mercantil dominante das nossas sociedades afecta a evolução das explorações agrícolas, nomeadamente impondo ritmos de trabalho particulares, forçando um maior recurso ao mercado (factores e produtos), comercializando algumas produções com preços pouco compensadores para o produtor, etc. Porém, a lógica de desenvolvimento da unidade de produção, embora economicamente condicionada, como vimos, não responde exclusivamente a essa problemática. As motivações que presidem ao desenvolvimento (e reprodução) das diferentes formas de produção resultam da conjugação

de factores de diversas origens, onde se insere inelutavelmente o projecto familiar. Não se reduzem simplisticamente a um processo quase mecânico, pré-determinado, ou a uma evolução antecipada e rigorosamente prevista. O seu desenvolvimento vai depender fundamentalmente do tipo de relações sociais estabelecidas no seio do agregado que suporta a unidade de produção e do respectivo nível tecnológico (Friedmann, 1978).

As formas de produção agrícola de base familiar não acompanharam, na verdade, o movimento de concentração que se verificou, sobretudo no sector industrial, nos gloriosos trinta anos do pós-guerra.

A utilização dos critérios atrás debatidos (decorrentes das tendências neo-clássica e marxista) pressupunha, como também vimos, a extinção das pequenas unidades; as justificações apresentadas decorriam da falta de eficiência frente ao mercado ou, noutra nível, por imposição do processo histórico. Relacionada com o nível tecnológico, a dimensão aparece como outro critério abundantemente utilizado por aqueles que defendiam que o desaparecimento das pequenas e médias unidades de produção seria inevitável no decorrer da evolução da sociedade. Contudo, para além da dimensão, outras razões têm reforçado a racionalidade das explorações agrícolas de base familiar, não obstante a polémica que envolve o conceito de dimensão: referir-se-á ela ao trabalho potencialmente disponível ?, à superfície agrícola utilizada ?, ao capital de exploração ?, ao produto gerado ?, etc.

De acordo com Strange (1988), várias são as razões que actuam no sentido de esperar efeitos positivos das economias das explorações agrícolas de base familiar e que decorrem de critérios eventualmente alheios à dimensão.

Um primeiro grupo de razões incide na ausência de contabilização e, portanto, de quantificação dos benefícios sociais e ambientais associados a essas explorações.

Já foi referido o autoconsumo alimentar, o qual assume, no âmbito da exploração agrícola, uma dupla função: (1) componente da produção bruta, normalmente desprezada, e (2) parcela do orçamento familiar afecto às despesas com a alimentação. A esta poderia acrescentar-se a

habitação, frequentemente resolvida no âmbito da exploração¹ e raramente incluída no rendimento disponível gerado na exploração. Não se deverão também esquecer os "custos" que se evitam com o alheamento da problemática quotidiana citadina, no que pode representar em despesas várias, tempo consumido, incómodos sofridos, *stress* urbano, etc.

No domínio ambiental, não é possível associar valores monetários ao consumo dos recursos naturais. Consomem-se recursos (água fóssil, solo, petróleo, etc.) acumulados ao longo de milénios a partir de transformações energéticas não dominadas ou reprodutíveis pelo homem, desconhecendo-se não só a sua disponibilidade actual e potencial, como também as necessidades de consumo global que as gerações futuras irão exigir desses mesmos recursos. Qualquer proposta que incida sobre o uso racional destes recursos (no sentido de defender a manutenção do potencial produtivo ou de reduzir ao mínimo a velocidade de delapidação) entra manifestamente em domínios especulativos.

Neste quadro, é normal que as explorações, onde a forma de exploração predominante seja a conta-própria e onde, simultaneamente, grande parte do trabalho executivo seja fornecido pelo agregado familiar, isto é, onde o trabalho e a propriedade sejam globalmente da responsabilidade da mesma entidade (agregado permanente de pessoas ou família), é normal, dizíamos, que estas explorações tenham uma prática menos esgotadora que as grandes explorações, onde o traço distintivo é, para além da escala, o predomínio da relação salarial e a ausência de qualquer relação com a propriedade. A relação de propriedade, no que respeita à terra, a defesa do respectivo património fundiário como se se tratasse de um bem de família que urge valorizar, o forte sentido de dependência em relação à fertilidade do solo e da respectiva produção, e a ausência de esquemas padronizados e contratuais de trabalho (horários, férias, etc), fazem com que, neste quadro, a intervenção do homem seja moderada, associada quase sempre a práticas conservacionistas.

Um segundo grupo de razões refere-se à falta de rigor com que são calculados certos encargos não reais, em relação aos quais se estipula a atribuição de um certo valor, exagerando-se muitas vezes na imputação desse mesmo valor. Alguns dos valores normalmente utilizados provêm,

¹A despesa com a Habitação corresponde, em média, a 8.5% dos orçamentos das famílias portuguesas (INE, 1992c).

frequentemente, de resultados de explorações apresentadas como modelares, mas que dificilmente podem abranger a diversidade do tecido produtivo no domínio agrícola. A dúvida, no que respeita aos encargos atribuídos, refere-se, nomeadamente, ao trabalho directivo, ao trabalho executivo, às despesas gerais, aos custos institucionais e, também, ao retorno esperado num ou noutra investimento. Tratam-se de valores que, muitas vezes, na óptica do produtor, não constituem um custo efectivo acrescido de exploração. Por isso, a decisão de desenvolver certas actividades ou de realizar alguns investimentos específicos é tomada de acordo com a estratégia própria do produtor, tendo em atenção a abundância de recursos que eventualmente a exploração-família possa dispôr e o seu desenvolvimento futuro.

O trabalho familiar constitui um exemplo da dificuldade de valorizar um factor de produção utilizado. O recurso exclusivo aos padrões salariais localmente praticados não pode constituir critério suficiente, já que factores subjectivos decorrentes da dupla função de produtor e de proprietário impedem a simplificação da análise.

Outro exemplo que traduz esta dificuldade reporta-se ao exercício complexo que se realiza no cálculo da amortização do capital de exploração fixo. A amortização é, como se sabe, um valor teórico atribuído à depreciação do capital fixo durante um determinado período de tempo. A vida útil do equipamento, nestas explorações, é normalmente mais dilatada do que o tempo admitido pela respectiva norma. O cuidado que é colocado na utilização do equipamento, as reparações e recuperações constantes que se realizam, levam a que esse equipamento veja, normalmente, prolongada a sua vida útil para além do prazo normativamente estabelecido. A idade do equipamento pode, por este motivo, ser uma variável alheia ao grau de abertura à modernização atribuído à exploração.

Strange (1988) avança, ainda, com outras razões, de importância capital, que sublinham a impossível tarefa de definição de critérios únicos e homogéneos para apreciar a eficiência económica e social das explorações agrícolas. Retenham-se, ainda, de entre eles, o nível tecnológico (obrigatoriamente diversificado e associado a conceitos diferentes de recursos aproveitados e/ou desperdiçados), à não inclusão de certos bens e serviços intangíveis na produção bruta das explorações, à diversificação como estratégia eficiente que pode permitir um completo e exaustivo uso de alguns dos factores de produção, ou à mitificação das

contas de cultura onde se despreza a perspectiva global e os efeitos, positivos ou negativos, induzidos pelas restantes actividades da exploração.

3.4. ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA OU NOVAS FORMAS DE PRODUÇÃO ?

As estratégias particulares das explorações agrícolas de base familiar, algo heterodoxas do ponto de vista daquilo que é inerente à lógica da produção capitalista, ou seja, afastando-se da monetarização completa das operações de apropriação e de transacção de bens e de serviços, desenvolvem-se também em domínios exteriores à agricultura.

A evolução recente das sociedades ocidentais, nomeadamente a partir da crise declarada no início dos anos 70, obrigaram a que se desse atenção ao que se passava com certas actividades não agrícolas, expandidas através de micro-unidades responsáveis pela criação de uma parte significativa do emprego, eficazes nas relações com o mercado, flexíveis na formação dos respectivos aparelhos produtivos e maleáveis na adaptação à inovação tecnológica (Guerreiro, 1992b).

Um dos grandes temas da actualidade incide na chamada economia informal. Estudos recentes demonstraram que a importância das operações não formais, preponderantes nos chamados países sub-desenvolvidos, aparecem também com relevância nos países desenvolvidos (Danesh, 1991). Os cálculos para a determinação do valor acrescentado gerado pelos sectores da economia informal, embora falíveis devido à própria natureza do que se pretende medir, levam a afirmar que ultrapassará seguramente, na actualidade e nestes últimos países desenvolvidos, os 10% do PIB, podendo atingir nalguns os 25% (Barthe, 1988).

Excluindo as acções declaradamente ilícitas e criminosas, verifica-se contudo que o crescimento de alguns sectores da economia do mundo ocidental baseia-se em actividades mais ou menos informais, onde se movimentam pequenos negócios, empresas familiares, emprego camuflado, trabalho ao domicílio, dupla actividade, etc., alimentando uma teia informal de relações e de transacções de difícil delimitação e quantificação, que se desenrola fora do alcance do Estado ou, melhor dizendo, à margem do sistema fiscal.

A generalização do mercado e a concentração de actividades deixaram espaços intersticiais, onde apenas as actividades decorrentes de unidades de pequena dimensão podem intervir. O seu êxito está ligado à coesão interna do respectivo grupo social e à mobilização que fazem dos seus recursos próprios, nomeadamente do trabalho, do conhecimento e de algum capital (Marsden, 1991). Julien & Marchesnay (1988) analisam exaustivamente a crescente importância das pequenas e das muito pequenas empresas, baseando-se, sobretudo, na realidade do Canadá, da França e do Reino Unido. Partem do princípio de que a pequena empresa não pode ser considerada apenas como um modelo reduzido ou como um arquétipo empresarial em fase infantil. Constitui uma realidade específica, própria do capitalismo de terceira geração, onde o traço mais forte que ressalta aponta para uma enorme heterogeneidade. Neste mundo da pequena empresa integram-se, simultaneamente, artesãos e consultores altamente qualificados, unidades de tecnologia simples mas também complexa, organizações diferenciadas e outras flexíveis e interactivas, sectores marginais e serviços de ponta especializados prestados às empresas.

As economias de escala, segundo os mesmos autores, embora tivessem tido resultados positivos em actividades produtivas específicas, com fortes exigências de capital (cimenteiras, refinarias, etc.), deixaram de apresentar indiscutível interesse nas restantes actividades, sobretudo naquelas onde a segmentação da produção em funções autónomas é possível, e até desejável, e onde a inovação está associada, na actualidade, à miniaturização. Nestes casos, a curva de longo período, continuamente descendente e que caracterizava o comportamento declarado das economias de escala, é abandonada e substituída por curvas em forma de L, onde a dimensão mínima crítica é rapidamente atingida e onde os benefícios de escala associados à dimensão são, após aquele patamar mínimo, nulos ou até negativos.

Mas a característica diferenciadora destas pequenas empresas advém, complementarmente, da inserção local ou regional que protagonizam e da forte interacção que estabelecem com os respectivos parceiros locais (clientes, fornecedores, banca, assistência técnica, autoridades locais, etc.)

É neste domínio que a economia do mundo rural apresenta uma larga experiência e constitui uma realidade que de certa forma se antecipou ao que se generalizou hoje em dia no mundo urbano. A

relutância com que, há uns anos atrás, se encarava a organização social implantada em certas áreas rurais, onde dominava uma teia difusa e pouco explícita de relações e de transacções, temas estes então rapidamente expedidos para o campo da antropologia, rivaliza com o interesse actual que estes mecanismos sociais despertam nas restantes ciências sociais, incluindo a economia.

A manutenção e a persistência de um número apreciável de unidades de produção insere-se neste ambiente sócio-económico, onde normalmente aparecem associadas e conciliadas actividades declaradamente mercantis com outras de tipo informal. Só deste modo é possível discordar da tese que defende a falência técnica generalizada das explorações agrícolas, a qual decorre da análise de, apenas, algumas das funções, normalmente mercantis, desenvolvidas por essas unidades. A realidade, porém, tem dificuldade de se ajustar a este limitado e parcial enquadramento.

3.5. AS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS NO CONTEXTO DA INTEGRAÇÃO SOCIAL

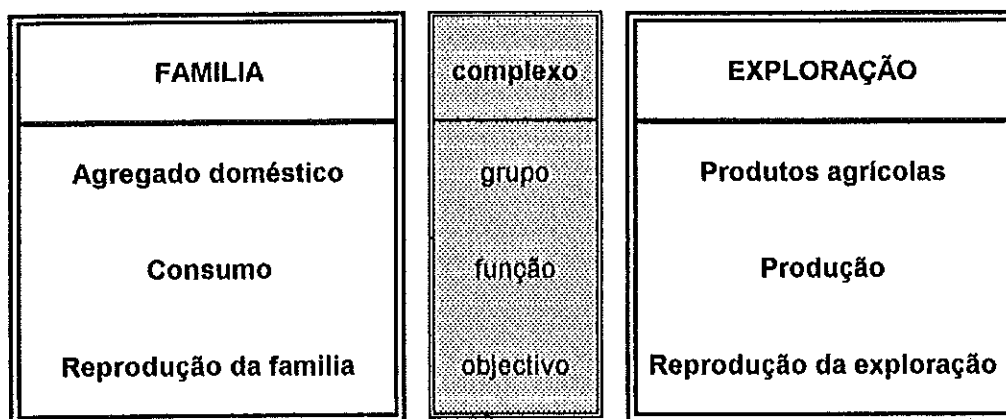
A multiplicidade de objectivos estratégicos e de funções desempenhadas pelas explorações agrícolas, nomeadamente por aquelas que estão estruturadas numa base familiar e que constituem, numericamente, a grande maioria, dificultam a definição de tipologias apropriadas que possibilitem enquadrar aquela diversidade e simplificar os respectivos critérios de análise. Impõe-se, no entanto, um esforço de síntese no que respeita às principais características destas unidades de produção

A base de funcionamento do complexo família - exploração assenta, genericamente, num dualismo existente entre as principais funções desempenhadas (Fig. 3.1).

A família, uma das faces do citado complexo, afirma-se primordialmente através da função de consumo e da capacidade de multiplicação ou de substituição do respectivo agregado doméstico, protagonizando as funções de socialização habitualmente associadas ao seu papel, alargadas, nestes casos, a aspectos profissionais.

A exploração orienta-se para a produção de alimentos e de outras matérias primas, procurando criar condições de manutenção e de reprodutibilidade no quadro das relações estruturantes que o mercado lhe impõe.

Figura 3.1
COMPLEXO FAMÍLIA - EXPLORAÇÃO



Adaptado de Whatmore (1991)

Esta dualidade de protagonismos é a responsável pelas condições específicas de funcionamento e pela referida multiplicidade de formas de produção que se detectam no sector agrícola. Gera, além disso, uma diversidade de dinâmicas organizativas e estruturais correspondentes às diferentes estratégias encontradas e praticadas pelas famílias no sentido de responderem aos desafios e aos condicionalismos colocados pela evolução da economia e da sociedade.

Recorrendo a Whatmore (1991), pode afirmar-se que as principais tendências interpretativas das modalidades de organização da actividade agrícola, no âmbito da sociedade capitalista, podem agrupar-se em dois blocos:

1. Teses baseadas na **dependência** inevitável e total do complexo família-exploração relativamente ao meio sócio-económico;
2. Teses baseadas na capacidade de **resiliência** do complexo família-exploração frente ao meio sócio-económico.

O primeiro grupo engloba as correntes que foram atrás apreciadas (marxista e neoclássica). Para estas, a evolução das explorações agrícolas, não só as de base familiar como também as de características patronais, está declaradamente condicionada pelos mecanismos de mercado e, a longo prazo, pelas limitações impostas pela evolução social. Digamos que os aspectos principais que explicam o percurso evolutivo destas unidades produtivas se encontram fundamentalmente no exterior delas próprias. A organização interna das unidades produtivas estará obrigada a estruturar-se e a adaptar-se aos condicionalismos sócio-económicos envolventes. Os agentes económicos limitar-se-ão a desempenhar papéis mais ou menos esperados, decorrentes e condicionados pela maior ou menor inserção destas unidades nos circuitos mercantis. O enquadramento económico aparece como a chave mestra que explica a evolução do tecido produtivo agrícola.

O segundo grupo identificado por Whatmore (1991) privilegia a análise da exploração agrícola como forma de produção distinta e diversificada, salientando a especificidade provocada pela preponderância da base familiar nas agriculturas do chamado mundo ocidental. As dinâmicas internas apontam para a criação de condições que permitam a reprodução do agregado familiar e, simultaneamente, da própria exploração. Quanto ao primeiro aspecto, haverá que garantir a possibilidade de substituição harmónica e gradual da família. No que respeita ao segundo, deverá preservar-se a função de produção de bens. De acordo com estas perspectivas, e não obstante a maior ou menor integração mercantil, as explorações estão condicionadas, fundamentalmente, pelos seus objectivos próprios, pela estrutura interna do complexo família-exploração (conhecimentos adquiridos, património acumulado, capital mobilizável, dimensão do agregado e disponibilidade de trabalho, etc.) e pelos horizontes temporais que estão subjacentes às respectivas estratégias (onde algumas iniciativas estão associadas a calendários que podem estender-se por mais do que uma geração).

Esta capacidade do complexo família-exploração de lutar pela recomposição do respectivo equilíbrio funcional, após ter sido sujeita a perturbações de qualquer ordem, corresponde ao que se designa por resiliência. É outro conceito importado da ecologia (Westman, 1986), mas adoptado com enorme significado no âmbito dos estudos rurais (Marsden, 1991 e Whatmore, 1991), e associado à capacidade de sobrevivência e de reconversão evidenciada pelas explorações agrícolas de base familiar.

De acordo com esta última tendência, e recorrendo novamente a Friedmann (1986a), este complexo família-exploração define-se, na verdade, através de uma notável especificidade, baseada sobretudo na relação particular que a família estabelece com os meios de produção, nomeadamente com a terra, e, simultaneamente, nas características do processo de trabalho que é inerente a este tipo de unidades de produção (recorde-se a preponderância do trabalho familiar por conta própria).

A apreciação da estrutura interna das explorações agrícolas, englobando nela não só os fluxos económicos como também as motivações e estratégias familiares que condicionam o seu desenvolvimento, abre outras perspectivas no sentido de se identificarem os componentes principais do complexo família-exploração. Deste modo, reduz-se a operacionalidade de conceitos genéricos, muitas vezes aplicados na análise da exploração agrícola como se se tratasse de mais uma "caixa negra" indiferenciada, à qual se pudesse associar um comportamento típico e padronizado.

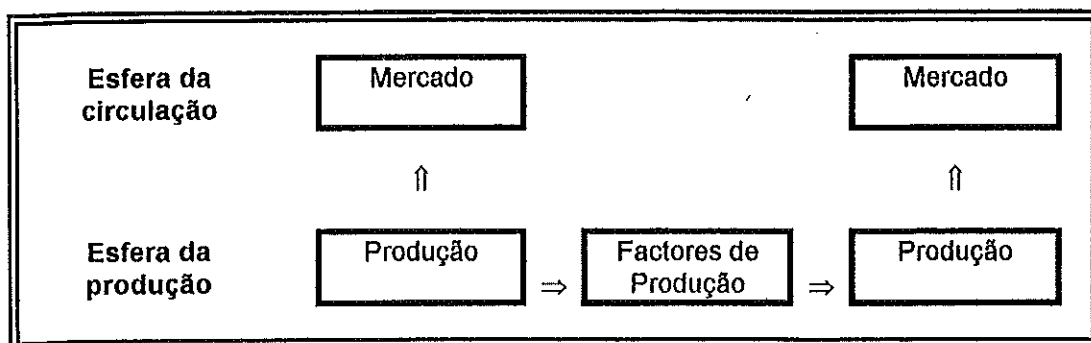
A conciliação das estratégias familiares com a pressão exercida pelos mecanismos sócio-económicos obriga, contudo, a encontrar soluções que passam pelo estabelecimento de modalidades particulares de integração mercantil, as quais registam níveis diferenciados de dependência. Esta dependência pode, nalgumas situações, ser acompanhada por reduções no rendimento gerado pela actividade na exploração, o que obriga à diversificação das fontes que contribuem para a formação do rendimento disponível da família, alargando-as a outros horizontes, inclusive a actividades exteriores ao próprio sector agrícola.

O processo de mercantilização, no que respeita à actividade produtiva, vai depender do grau de inserção no mercado e da respectiva taxa de dependência. Van der Ploeg (1990), na sequência de outros trabalhos, propõe dois padrões-tipo, os quais funcionam como polos extremos que balizam as diversas situações reais que se detectam no nosso meio (Figs. 3-2 e 3-3).

O padrão de reprodução autónomo (Fig. 3-2) utiliza praticamente factores de produção produzidos na própria exploração. É uma situação extrema que se define pela origem do consumo intermédio: provem exclusivamente da produção bruta. Corresponderá a uma fraca integração no processo de mercantilização, afirmando apenas uma participação reduzida no mercado, limitada à venda de parte da produção

própria e não consumida pela família, nem utilizada na exploração.

Figura 3-2
PADRÃO DE REPRODUÇÃO AUTÓNOMO



Adaptado de Van der Ploeg (1990)

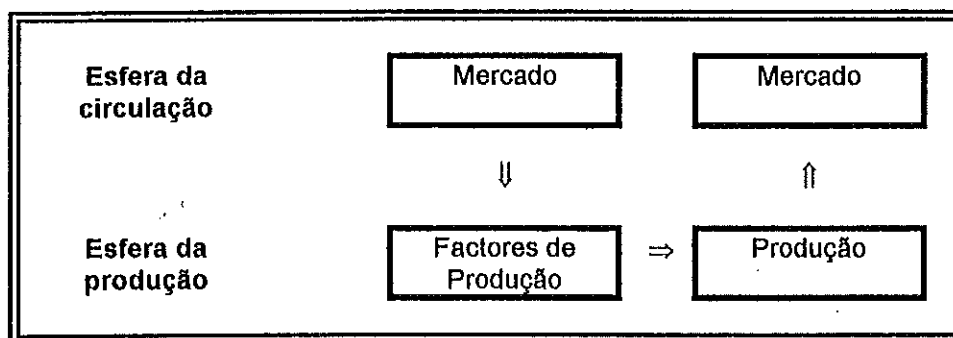
O **padrão de reprodução mercantilizado** (Fig. 3-3), no outro extremo, caracteriza-se por participar activamente no mercado, adquirindo todos os factores de produção no exterior da exploração. A orientação produtiva predominante é estabelecida em função do mercado. No quadro deste padrão produtivo, a dependência é total: sofre as variações dos preços das matérias primas que adquire para consumo intermédio, ao mesmo tempo que demonstra dificuldade para transferir esses mesmos custos, incorporando-os eventualmente no preço das produções que coloca no mercado. Uma maior vulnerabilidade é um traço característico das explorações que se aproximam deste padrão produtivo.

Na realidade, as explorações agrícolas apresentam uma enorme diversidade no que respeita à respectiva dependência do mercado, sendo mais apropriado fazer-se referência a um **padrão de reprodução misto** (Fig. 3-4). Um intervalo de variação, limitado pelos padrões acima referidos (autónomo e mercantilizado), admite uma enorme latitude de situações onde se inserem, quase de forma ímpar, as explorações agrícolas de base familiar.

Admitiu-se, em passado recente, que, em consequência do processo de mercantilização, as características da produção deveriam depender cada vez mais das relações comerciais. Contudo, estes processos dificilmente impõem percursos lineares. E esses mesmos percursos nunca contribuem univocamente para a subordinação

crescente das explorações relativamente à chamada "esfera da circulação" (Van der Ploeg, 1987). Variam de acordo com o espaço onde se desenvolvem e, também, com o tempo, dependendo do nível de organização, do tipo de recursos que manipulam, da pressão exercida pelo meio sócio-económico envolvente, do padrão cultural e de consumo. Deste confronto, resultam formas de produção complexas e diferenciadas. As próprias políticas agrícolas estabelecem, na actualidade, medidas que prevêm a atribuição de subsídios aos agricultores que reduzam o consumo de factores de produção, nomeadamente fertilizantes e fitofármacos, o que poderá significar um incentivo à desaceleração do processo evolutivo, dominado até agora pela tentativa de mercantilização total das operações inerentes à produção agrícola.

Figura 3-3
PADRÃO DE REPRODUÇÃO MERCANTILIZADO



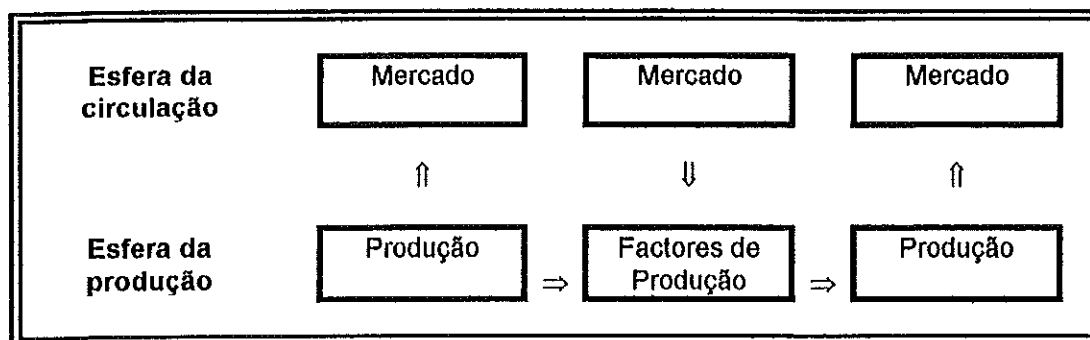
Adaptado de Van der Ploeg (1990)

Embora se faça uma referência permanente à base familiar das explorações agrícolas, admitindo que esta característica enforma a grande maioria das unidades produtivas agrícolas dos países do mundo ocidental, como já se afirmou, caberá, contudo, apreciar a evolução do papel e do significado actual da família. Trata-se de uma instituição básica na sociedade, a qual não está imune às perturbações inerentes ao processo social.

A evolução do papel e do significado da família, nas condições actuais das nossas sociedades, coloca algumas interrogações quanto à solidez da sustentação das unidades produtivas agrícolas. A estrutura familiar é, ela própria, atravessada por perturbações decorrentes de

alterações funcionais, das solicitações e exigências sociais e das restrições de natureza económica que atravessam a sociedade actual.

Figura 3-4
PADRÃO DE REPRODUÇÃO MISTO



Fonte: elaboração própria

Roussel (1992) admite que a dinâmica das famílias, não obstante as perturbações que a assolam, poderá mesmo assim funcionar como um regulador social, accionado automaticamente e contribuindo para a sua manutenção. Almeida (1990) faz referência à diversificação dos modelos relacionais familiares, o que, na sua opinião, parece constituir uma tendência pesada das sociedades contemporâneas, a qual está associada a novas formas de estruturação das relações que se estabelecem no seio do agregado familiar.

Pode fazer-se uma referência, ainda que sumária, a algumas dessas perturbações, sublinhando aquelas que mais afectam as famílias agrícolas. A quebra de natalidade que se verifica nos países desenvolvidos e que reduz a dimensão da família para valores que não chegam a atingir o limiar das 3 pessoas, começa a afectar o mundo rural, nomeadamente no que se refere à disponibilidade de trabalho familiar. A escolaridade obrigatória diminuiu drasticamente a colaboração prestada pelas crianças em algumas tarefas da exploração, nomeadamente as relacionadas com o pastoreio, tornando-as disponíveis teoricamente apenas durante as férias escolares. O desemprego, que atinge estruturalmente as nossas sociedades, tem obrigado a que muitas explorações agrícolas funcionem como uma espécie de instituição social, sempre disponível a suportar e, eventualmente, a compensar perdas de rendimentos não agrícolas.

Mas é sobretudo a aproximação ao modelo de família urbana que alterou profundamente a família rural. A tradicional família agrícola, agrupando três e quatro gerações, vivendo debaixo do mesmo tecto e comendo à mesma mesa, com dedicação exclusiva à casa-exploração e com uma divisão de tarefas imposta de acordo com a idade e o sexo, pertence já à galeria das relíquias sociais.

O padrão actual da família agrícola aproxima-se declaradamente da família urbana, no seio da qual coexistem actividades e rendimentos diversificados, estilos e projectos de vida diferenciados, horários e meios de convívio cultural próprios.

Kayser (1990) refere-se a um duplo movimento que afecta, contraditoriamente, as famílias agrícolas: **desintegração económica e integração social**. A desintegração económica é o resultado da quebra de identidade unitária das famílias agrícolas (uma família, uma exploração, uma actividade, um rendimento, um património). A integração social é forjada nas actividades e relações exteriores estabelecidas por cada um dos membros da família e associa, com determinação, o conjunto do grupo familiar a um ambiente social, variado no espaço e no tempo.

A evolução do processo produtivo agrícola, exigindo uma disponibilidade menor de trabalho, aliada às solicitações das actividades não agrícolas em termos de oferta de emprego, aproximaram o padrão familiar rural do figurino da família pluriactiva e inserida diversificadamente nos diversos sectores da actividade económica.

3.6. A PLURIACTIVIDADE COMO ESTRATÉGIA DOMINANTE

É no contexto atrás descrito que assume particular importância a análise da diversificação das funções exercidas pelos agricultores e pelos seus familiares, reconhecendo o desempenho por estes agregados de condutas multifuncionais.

A óptica tradicional prevalecente na abordagem e caracterização do funcionamento das explorações agrícolas orientava-se, fundamentalmente, para a avaliação do balanço de recursos relacionados com a produção agrícola. De entre as possíveis actividades do complexo família-

exploração, isolavam-se apenas os elementos que permitissem uma avaliação estritamente económica da máquina produtiva, ignorando, como atrás foi referido, as outras componentes deste complexo, nomeadamente os objectivos, declarados ou não, do projecto que mobiliza o grupo familiar e que responde pela respectiva reprodução social. Os resultados globais assim obtidos, são muitas vezes assustadores e têm revelado, em termos gerais, uma tendência no sentido de reduzir a importância económica relativa da agricultura, redução essa espelhada no decréscimo permanente dos principais indicadores macroeconómicos que definem a participação deste sector no funcionamento da economia: produção bruta, população activa, superfície utilizada e VAB. As excepções verificam-se tão só no volume de aquisições de factores de produção e de serviços, assim como no endividamento global do sector, domínios onde, pelo contrário, as taxas de crescimento tem sido francamente positivas, correspondendo a declarados interesses exteriores ao próprio sector agrícola.

A conjugação e manutenção destas tendências permitiu que se acenasse com a ideia de que o sector primário, na terminologia de Fisher/Clark, poderia, a médio prazo, transformar-se num sector residual, em benefício do sector secundário e, sobretudo, do terciário.

Porém, um dos principais vectores indiciadores das alterações estruturais no mundo rural, particularmente no que se refere à produção agrícola, decorreu do assinalável crescimento numérico de uma camada de agricultores que praticava e pratica uma agricultura dita a tempo parcial. Apareceram nos anos 70 alguns estudos exploratórios e dispersos (Cavazzani & Fuller, 1982), basicamente animados por economistas, geógrafos e sociólogos, os quais conseguiram evidenciar que se estava perante um fenómeno que, não obstante o desprezo a que era então votado pelas políticas agrárias, apresentava uma realidade com sinais prenunciadores de uma alteração profunda no tecido social agrário. Os estudos empíricos multiplicaram-se e incidiram sobre diversos países e regiões caracterizados por diferentes níveis de desenvolvimento. Como caso paradigmático, o Japão era a referência obrigatória, já que o número de agricultores que aí eram considerados profissionais a tempo parcial, se aproximava dos 90%.

A heterogeneidade do conceito de "agricultura a tempo parcial" e a especificidade das realidades estatísticas nos diversos países e regiões, normalmente proporcionando comparações inconclusivas, contribuíram

para manter um manto polémico em redor desta realidade.

Os responsáveis pela política agrícola, nomeadamente nos países da Europa central e dos Estados Unidos, tinham dificuldade em admitir o aparecimento de novas tendências organizativas no domínio da produção agrícola. Beneficiavam de uma confortável situação de autosuficiência alimentar entretanto atingida (no período glorioso do pós-guerra). O trabalho excedentário das áreas rurais, nomeadamente daqueles que aí tinham baixos rendimentos, era absorvido, sem sobressaltos, pelas actividades industriais e de serviços sediadas nos polos urbanizados. A situação do sector agrícola parecia estar a atingir uma fase madura. As políticas estruturais preconizavam um aumento da dimensão das explorações, uma equiparação do rendimento dos agricultores a tempo inteiro ao dos profissionais de outros sectores e o reforço surpreendente dos fluxos monetarizados de factores e produtos, aspecto este facilitado pela implantação de serviços de vulgarização e formação profissional (Bandarra & Bryden, 1991). O fenómeno atrás referido, dos agricultores a tempo parcial, embora envolvesse um número crescente de produtores, deveria, nesta óptica, traduzir um acontecimento marginal e transitório no desenvolvimento das sociedades modernas.

Mas a evidência dos factos demonstrava o contrário. Gasson (1988), recorrendo a informações estatísticas referentes ainda ao decénio de 70, sublinha a importância crescente desta modalidade de agricultura e apresenta valores elucidativos para alguns países do mundo desenvolvido (Quadro 3-1).

Numa primeira fase, o tempo dedicado à exploração pelo agricultor, ou chefe da exploração, é o critério que começa a delimitar a modalidade da agricultura a tempo parcial relativamente às restantes formas de organização da economia agrícola. A importância atribuída ao complexo família-exploração obriga a que, posteriormente, se envolva também o agregado doméstico na caracterização desta modalidade.

Começa então a desenvolver-se solidamente a perspectiva que aponta para que o centro de gravidade deste fenómeno deva ser encontrado no agregado familiar do produtor e não apenas no agricultor ou na exploração (Cavaco, 1985a). Esta autora refere ainda a propósito que a modalidade de agricultura a tempo parcial não corresponde a uma situação individual do agricultor, mas sim a uma situação familiar decorrente de uma maior inserção social.

Quadro 3-1
 IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA A TEMPO
 PARCIAL EM ALGUNS PAÍSES, NOS ANOS 70

Pais	Ano	Agricultores a tempo parcial (%)
Japão	1975	87
Noruega	1979	69
R.F.A.	1975	55
Austria	1973	54
Suiça	1975	51
Espanha	1972	48

Fonte: Gasson (1988)

O pretenso carácter transitório destas unidades de produção agrícola não se verificou e, na verdade, multiplicaram-se as situações de partilha da actividade agrícola com outras actividades, localizadas na própria exploração ou fora dela. E embora se tenham generalizado as referências à "agricultura a tempo parcial" como uma modalidade particular de organização da economia agrícola, a verdade é que aquele conceito constitui uma espécie de saco azul que dava (e dá) guarita a uma variedade enorme de situações e de realidades. Pires (1987), utilizando abundante material bibliográfico referente à Europa e aos Estados Unidos, confirma o carácter abrangente desta designação.

Cavazzani & Fuller (1982), no rescaldo de um número monográfico do *GeoJournal*, avançam com uma tipologia onde incluem, a par das formas de produção agrícola de futuro incerto ou de grandes proprietários absentistas, outros tipos organizativos, reconhecidos como estáveis. Em grandes grupos, aqueles autores propunham então:

1. **Formas transitórias** - pequenas explorações localizadas em áreas marginais onde a dedicação à agricultura na modalidade de tempo parcial representa basicamente uma necessidade de sobrevivência, mas onde as condições locais não permitem a sua manutenção por muito tempo;
2. **Formas privilegiadas** - associadas a grandes proprietários absentistas que gerem as suas terras com se se tratasse exclusivamente de um património imobiliário, valorizado com a

ajuda do tempo, na expectativa de intervenções no mercado especulativo;

3. Formas estáveis - integração entre a agricultura e outra actividade, protagonizada por pequenas e médias explorações agrícolas, principalmente em áreas com algum crescimento económico, onde as condições foram (e são) favoráveis ao desenvolvimento de modalidades da agricultura moderna.

O terceiro grupo da tipologia proposta por Cavazzani & Fuller, abrangendo as denominadas formas estáveis, era então já considerado como o grupo potencialmente mais dinâmico e aquele que oferecia, tendencialmente, garantias de conferir maior estabilidade ao agregado familiar dos produtores agrícolas no quadro evolutivo previsível da agricultura.

Importa explorar, ainda que sumariamente, as razões que estão na origem do aparecimento deste espectro de modalidades de agricultura partilhada, modalidades estas que afectam transversalmente os principais grupos de agricultores.

A integração do mundo rural e a complexidade crescente das relações estabelecidas entre as famílias agrícolas e o meio sócio-económico, obrigaram a que as unidades de produção agrícola, nomeadamente as de base familiar, para conservarem essa função, delineassem estratégias diferentes e inovadoras e diversificassem as respectivas funções para além do domínio agrícola. A evolução social recente reforçou a tendência para esbater o dualismo social, cultural e estrutural cidade-campo, com as consequentes alterações nos estatutos sociais das famílias rurais, já referidas em capítulo precedente. A subordinação do complexo família-exploração ao processo de mercantilização não foi, neste quadro, realizada apenas através do mercado, entendido este em sentido estrito. Os novos protagonismos e responsabilidades sociais resultaram de alterações estruturais dominadas pela inserção e padronização educacional, cultural, convivencial, consumista, etc., que afectaram a sociedade rural nos últimos decénios. Corroborando esta ideia, Marsden (1990) defende que este processo corresponde afinal à inserção natural das famílias agrícolas no padrão de reprodução mercantil e à destruição da ideia de que aquelas foram, são e serão autosuficientes e exclusivamente monoactivas, sem outra ocupação que não seja a agrícola.

Este processo social de integração foi, porém, muitas vezes desvalorizado por algumas correntes da economia agrária devido ao excessivo interesse prestado às políticas agrícolas, ao papel do Estado e aos mecanismos específicos do mercado. As alterações e conversões internas protagonizadas pelas explorações agrícolas eram ignoradas face às inúmeras particularidades suscitadas pelas políticas, acções, normas e medidas estatais.

Repare-se que a absorção das famílias agrícolas pelo padrão de reprodução mercantil não se reflecte, taxativamente, num processo uniforme e cadencialmente definido. Trata-se, pelo contrário, de um complexo processo social, onde se entrecruzam a estrutura agrária local, a maior ou menor tradição empreendedora, o modelo familiar dominante, o desenvolvimento diferenciado das áreas circundantes, o dinamismo demográfico regional, as oportunidades de novos negócios, a apetência de novos padrões de vida, o ritmo de adopção de novas tecnologias, o enquadramento institucional, etc. O estabelecimento das inúmeras e matizadas estratégias familiares resultam, inelutavelmente, do confronto entre os condicionalismos internos e os envolventes, estatais, económicos e sociais, no âmbito dos quais subsiste, contudo, uma margem que é (e foi) possível explorar e que permite (e permitiu) iniciativas não tuteladas, aparentemente contraditórias, mas adequadas à racionalidade própria destas unidades de base familiar.

Neste quadro, a ideia de pluriactividade identifica com maior rigor estas formas de produção de base familiar que associam a agricultura a outra ou outras quaisquer actividades, remuneradas ou não. "Não se trata de um conceito mas sim de uma noção empírica que corresponde a situações em que a família agrícola não obtém a totalidade dos seus rendimentos através da produção agrícola, nem tão pouco lhe dedica a totalidade dos seus recursos" (Blanc, 1990).

A participação dos membros do agregado doméstico noutras actividades exteriores à exploração, agrícolas e não agrícolas, e a consequente diversificação dos rendimentos obtidos pelo conjunto dos familiares passam a constituir o cerne da questão. Tempo e rendimento tornam-se os dois critérios básicos que, conjugadamente, permitem a detecção de modelos familiares, no âmbito das quais a actividade agrícola continua a desempenhar um papel de equilíbrio funcional.

Porém, a heterogeneidade suscitada pelas inúmeras situações

possíveis continua a dificultar a manipulação dos citados critérios de acordo com intervalos de variação adequados e susceptíveis de permitir a construção de tipologias credíveis.

Esta dificuldade está bem patente num estudo recentemente publicado sobre os agricultores norte-americanos, o qual pode ser considerado paradigmático da complexidade deste entrelaçado de pessoas e de actividades que é a pluriactividade nas famílias agrícolas.

Nesse estudo, Ahearn & Lee (1991) apresentaram uma sistematização sobre o tema, na qual discutem algumas das principais situações que se podem detectar, de acordo com a diversidade de funções assumidas pelas famílias agrícolas, e apontam algumas disparidades inerentes à utilização diferenciada dos citados critérios (tempo e rendimento).

No que respeita ao tempo dedicado à exploração, algumas dificuldades são, desde logo, apontadas.

No caso de agricultores ou familiares pluriactivos, a avaliação do tempo de trabalho dedicado às diversas actividades permite, de facto, identificar como são distribuídas as energias dispendidas com o trabalho. Não é líquido, porém, concluir que o rendimento auferido é proporcional ao tempo de trabalho, nem se pode afirmar que o desequilíbrio é sempre em prejuízo da actividade agrícola.

O próprio tempo dedicado à exploração agrícola pode, em determinado período, aparecer em posição preponderante, passando posteriormente para segundo plano por via de oportunidades conjunturais ou de modalidades sazonais de trabalho noutros sectores de actividade (turismo, por exemplo). A informação disponível é, normalmente, recolhida no quadro de um determinado período de tempo (em geral, um ano), o qual pode ter tido um curso excepcional e, por esse facto, desvirtuar a conclusão encontrada.

O tempo necessário às actividades da exploração é ainda função do tipo de trabalho e da tecnologia utilizada, muito embora se reconheça que é justamente no sector agrícola, nomeadamente nas explorações de base familiar, por conta própria, que o trabalho é um recurso disponível, considerado abundante ainda que apenas em certas épocas do ano, não remunerado e com uma enorme elasticidade. Este facto leva

frequentemente a que exista uma acentuada discordância entre o tempo de trabalho efectivamente dispendido e aquele que, em média e em teoria, seria tecnicamente necessário à concretização dessa mesma tarefa. Por esse motivo é, muitas vezes, também, difícil de determinar a actividade principal do produtor ou de algum dos seus familiares, recorrendo exclusivamente a critérios relacionados com o tempo.

O rendimento talvez seja o critério com maior significado para definir o grau de dependência das famílias agrícolas.

Sublinhou-se já que o rendimento gerado não é normalmente proporcional ao tempo de trabalho, dada a heterogeneidade das suas produtividades médias. Por outro lado, e com maior relevo nas regiões mediterrâneas, o excedente gerado por uma exploração agrícola, em anos sucessivos, pode sofrer variações e provocar o desequilíbrio na balança dos rendimentos provenientes de dentro e de fora da exploração. Em certos casos, torna-se difícil identificar, no âmbito do plurirrendimento, qual é a actividade que deva ser considerada como principal.

A eventual retribuição por uma qualquer actividade complementar pode, também, não ser obrigatoriamente traduzida em compensações monetárias. É, ainda, normal existirem outros rendimentos, provenientes de capitais, de propriedades e, eventualmente, de transferências sociais, o que torna acrescidamente complexa a análise realizada na óptica do rendimento.

Algumas destas interrogações não impediram, contudo, os mesmos autores de analisarem o que se passava com cerca de um milhão e meio de agricultores norte-americanos.

Note-se que os critérios, definidos resumidamente no Quadro 3-2, são independentes entre si e representam apenas algumas das possibilidades de tipificar as modalidades de pluriactividade suscitadas pela evolução e integração sócio-económica das explorações agrícolas.

Mais de 60% dos agregados familiares dos agricultores americanos abrangidos por este estudo² têm pelo menos um dos seus membros a

² Este estudo baseou-se em informação estatística referente a 1986 e publicada em 1987 pelo Departamento de Agricultura dos EUA, a qual abrangeu cerca de 70% dos 2.2 milhões de agricultores norte-americanos

trabalhar no exterior da exploração . E para 55% do mesmo grupo de agricultores, mais de metade do rendimento disponível provém do exterior da exploração. Bem vincada está a abertura ao exterior de um bloco significativo dos agricultores americanos.

Paralelamente, pouco mais de um terço dos mesmos produtores agrícolas (38%) ocupa mais de metade do seu tempo em actividades exteriores à exploração.

No conjunto de mais de 2 milhões de agricultores activos nos EUA, 53% eram, em 1982, pluriactivos, indicação concordante com a informação referida no Quadro 3-1 (p.49).

Quadro 3-2
EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS PLURIACTIVAS SEGUNDO
DIFERENTES MODALIDADES DE PLURIACTIVIDADE
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - 1986

MODALIDADES DE PLURIACTIVIDADE		EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS (%)
1º	Rendimento do <u>trabalho</u> gerado no exterior da exploração superior a 50% do rendimento total do <u>trabalho</u> familiar	43
2º	Rendimento total gerado no exterior superior a 50% do rendimento total familiar disponível	55
3º	Pelo menos um membro do agregado familiar recebe um salário proveniente de actividade desenvolvida no exterior da exploração	62
4º	O agricultor ocupa menos de 1000 horas na exploração agrícola	32
5º	O agricultor ocupa mais de metade do seu tempo em actividades exteriores à exploração	38

Fonte: Ahearn & Lee (1991)

Vries (1993) apresenta, por seu lado, um panorama da situação da pluriactividade agrícola na Holanda, que reflecte exactamente a mesma problemática. Recenseou um sem número de situações, muitas delas significativamente diferentes entre si, mas tradicionalmente incluídas nas modalidades de agricultura a tempo parcial. Critica a caracterização das famílias agrícolas apenas através do estatuto do denominado chefe de família e confirma a necessidade de adoptar o agregado familiar como

unidade de análise, de acordo aliás com a diversidade de funções que este assume.

Esta autora defende, contudo, a ideia de que o fenómeno da pluriactividade englobe as modalidades de conciliação entre a actividade agrícola e outras actividades, motivadas quer por razões económicas, quer por opções de natureza social e cultural.

Brun & Fuller (1991) apresentaram, recentemente, algumas conclusões de um estudo que decorre em 24 regiões de alguns países da Europa ocidental, entre os quais Portugal, nas quais sublinham a multiplicidade de estratégias que se detectam nos comportamentos pluriactivos dos agregados dos produtores agrícolas: preferências de residência rural, lógicas culturais e sociais, estratégias de sobrevivência, de diversificação ou de expansão ou, ainda, atitudes de expectativa perante alterações diversas do respectivo percurso familiar.

Exemplos como este poderiam multiplicar-se relativamente aos países do mundo dito desenvolvido, reflectindo a intrusão crescente das famílias agrícolas nos mecanismos globais da sociedade.

Não raramente, ainda, se identificam estas modalidades de pluriactividade como formas de produção precárias, inseridas em padrões de actividade no limiar da sobrevivência. Como já se afirmou, o grupo mais dinâmico deste sector corresponde às denominadas formas estáveis, as quais poucos pontos de contacto terão com a realidade das formas transitórias, para utilizarmos a terminologia de Cavazzani & Fuller atrás enunciada.

Fuller (1990) revela que o senso comum admite que as explorações agrícolas correspondentes a formas de produção pluriactivas são unidades normalmente pequenas ou muito pequenas, menos eficientes que as geridas a tempo integral, em transição para o abandono ou, pelo contrário, na previsão de uma inserção completa na agricultura. Não negando que muitos produtores pluriactivos possam assumir uma ou outra das características atrás apontadas, a vasta maioria gere explorações praticamente indistintas das restantes nas respectivas regiões. A diferença estará principalmente na oportunidade ou possibilidade causada pelo acesso a um rendimento exterior.

No estudo já citado sobre os produtores agrícolas americanos estabelece-se uma grelha de análise que compromete conjuntamente o tempo de dedicação do produtor agrícola e o rendimento total familiar disponível. Estabelecendo limites nos 50% para ambos os critérios, Ahearn & Lee chegam a conclusões interessantes e esclarecedoras (Quadro 3-3).

Quadro 3-3
EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS SEGUNDO A ORIGEM DO
RENDIMENTO FAMILIAR E O TEMPO DEDICADO
PELO PRODUTOR À EXPLORAÇÃO
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - 1986

	Mais de metade do rendimento da família tem origem no exterior		Mais de metade do rendimento da família tem origem na exploração	
	Produtor dedica mais de 50% do seu tempo à exploração	Produtor dedica menos de 50% do seu tempo à exploração	Produtor dedica mais de 50% do seu tempo à exploração	Produtor dedica menos de 50% do seu tempo à exploração
Número total de explorações	343 845	492 366	603 248	76 719
Explorações acima do limite de pobreza (%)	71.7	92.0	67.1	41.9
Explorações abaixo do limite de pobreza (%)	28.3	8.0	32.9	58.1

Fonte: Ahearn & Lee, 1991

Nos quatros casos apurados, os autores determinaram também o número de famílias agrícolas abaixo do limite de pobreza³. O desequilíbrio aparece apenas naquele grupo caracterizado por mais de metade do seu rendimento ter origem na respectiva exploração agrícola e, simultaneamente, ocupar menos de 50% do tempo do produtor. Note-se, contudo, que este grupo é francamente minoritário, representando apenas pouco mais de 5% do conjunto analisado. De acordo com estes autores, o panorama geral vai no sentido do reforço das modalidades estáveis de pluriactividade, que garantem um bom ou aceitável nível de

³Nível de pobreza é um indicador oficial, produzido anualmente pelo Departamento de Comércio dos EUA. Corresponde ao rendimento mínimo anual necessário para garantir o sustento de uma família americana.

vida, comparável às outras camadas sociais estritamente inseridas em sectores não agrícolas.

Como última nota para documentar a extrema diversidade das formas de produção pluriactivas, veja-se o caso da agricultura europeia e, particularmente, a estrutura dos produtores agrícolas da Europa do Sul.

Quadro 3-4
**PRODUTORES AGRÍCOLAS MONOACTIVOS E PLURIACTIVOS
 NOS PAÍSES DA EUROPA COMUNITÁRIA**

1987

unidade: milhares

Grupos de países	PRODUTORES AGRÍCOLAS						Total nº
	Monoactivos		Pluriactivos				
			Actividade exterior é principal		Actividade exterior é secundária		
nº	%	nº	%	nº	%		
Europa do Norte (*)	1 486	65.6	506	22.3	273	12.1	2 265
Europa do Sul (**)	4 235	71.5	1 389	23.5	299	5.0	5 923
Total	5 721	69.9	1 895	23.1	572	7.0	8 188

(*) - Bélgica, Alemanha, França, Irlanda, Luxemburgo, Holanda e Reino Unido. Dinamarca não incluída.

(**) - Grécia, Espanha, Itália e Portugal

Fonte: Comissão das Comunidades Europeias, 1993

De acordo com a informação disponibilizada pelo EUROSTAT, é possível fazer o balanço entre os agricultores que só se dedicam à agricultura e aqueles que partilham o seu tempo de trabalho com outros sectores de actividade (Quadro 3-4). Os países da Europa do Norte apresentam um índice de pluriactividade (34.4%) ligeiramente superior aos da Europa do Sul (28.5%), o que traduz a existência, naqueles países, de um maior grau de integração social: maiores e diversificadas solicitações profissionais, possibilidades de conciliar actividades, nível de qualificação elevado permitindo adequadas adaptações e reconversões profissionais, e boas infraestruturas que facilitam a circulação e a acessibilidade entre as regiões.

A análise mais detalhada no que respeita aos produtores agrícolas monoactivos, de acordo com idêntico agrupamento de países, apresenta valores bem mais díspares do que os indicados para o conjunto dos

produtores. Na Europa do Sul, mais de metade dos produtores monoactivos dedicam menos de metade do seu tempo às respectivas explorações agrícolas, contra cerca de 18% dos da Europa do Norte (Quadro 3-5). Em contrapartida, os produtores que se dedicam a tempo inteiro à exploração variam entre 71.1%, na Europa do Norte, e 23.8% para os países da Europa do Sul. É uma situação particular, que adiante documentaremos para a região algarvia, e que obriga a um comentário antecipado.

Quadro 3-5
**PRODUTORES AGRÍCOLAS MONOACTIVOS SEGUNDO
 O TEMPO DEDICADO ÀS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS
 NOS PAÍSES DA EUROPA COMUNITÁRIA
 1987**

unidade: milhares

Grupos de países	PRODUTORES AGRÍCOLAS MONOACTIVOS						
	Dedicam 100% do tempo à exploração		Dedicam entre 50 e < 100% à exploração		Dedicam entre 0 e < 50% à exploração		Total
	nº	%	nº	%	nº	%	nº
Europa do Norte (*)	1 047	71.1	159	10.7	270	18.2	1 486
Europa do Sul (**)	1 009	23.8	880	20.8	2 346	55.4	4 235
Total	2 066	36.1	1 039	18.2	2 616	45.7	5 721

(*) - Bélgica, Alemanha, França, Irlanda, Luxemburgo, Holanda e Reino Unido. Dinamarca não incluída.

(**) - Grécia, Espanha, Itália e Portugal

Fonte: Comissão das Comunidades Europeias, 1993

As sucessivas comparações entre recenseamentos, no que respeita ao âmbito profissional agrícola, revelam sempre grandes distorções entre as várias categorias de agricultores. Os recenseamentos especificamente agrícolas interessam-se pelas estruturas produtivas e, complementarmente, pelas características do agricultor e do seu agregado. As estatísticas demográficas e do emprego, pelo contrário, incidem em aspectos centrais no que respeita às várias características da actividade profissional das pessoas, ignorando, justificadamente, a retenção de indicadores consistentes sobre as unidades produtivas onde essa profissão é desenvolvida, seja ela na agricultura ou em qualquer outro sector da actividade económica, pois essas informações caem fora do seu âmbito.

Em praticamente todos os países da Europa do Sul, de características mediterrâneas e com fortes tradições relacionadas com o povoamento rural que uma industrialização recente não apagou ainda, o regresso à terra, após a emigração, é um fenómeno generalizado. A ligação ao património fundiário próprio é fortíssima e a lógica familiar, como já foi referido, desenvolve-se no sentido de garantir a sua permanência ou mesmo o seu reforço, ainda que isso represente uma operação sem significado económico e, nesta óptica, normalmente reprovável.

Por este motivo, mantêm-se inseridos na actividade agrícola, ou regressam a ela, um núcleo mais ou menos numeroso que congrega inactivos, idosos, reformados, eventualmente alguns deficientes e ainda certos activos, estes voluntaria ou compulsivamente retirados. Este conjunto semi-profissionalizado, praticamente com expressão apenas no sector agrícola, anima, nos quatro países da Europa do Sul, cerca de 40% do número total de explorações agrícolas, ainda que com ritmos moderados e produtividades baixas. Sustentam uma actividade que, na realidade, mais se aproxima do lazer e do ócio do que do negócio, muito embora vá de encontro à necessidade básica de garantir o respectivo sustento.

Recentemente, apareceu uma referência significativa a esta problemática baseada na experiência francesa. Muito embora a França não esteja inserida no agrupamento dos países da Europa do Sul, atrás referido, o que é certo é que este país tem uma larga tradição rural e agrícola, e uma parte importante das suas explorações agrícolas localiza-se na parte Sul, na área influenciada pela bacia do mediterrâneo. O fenómeno não terá a mesma incidência que tem nos quatro países inicialmente assinalados. Mas, mesmo assim, a característica assinalada está presente.

Recorrendo à profissão declarada através de inquéritos oficiais apropriados, Brangeon & Jégouzo (1993) apresentam uma tipologia que abrange um milhão de agricultores franceses, recenseados em 1988 (Quadro 3-6). O grupo semi-profissionalizado que pratica agricultura como forma de garantir uma ocupação engloba cerca de 17.5 % dos agricultores franceses e é identificado por estes autores como "agricultura de reformados". Para este tipo de ocupação, confirma-se que o interesse não é o lucro. Em certas situações, as despesas realizadas na exploração podem até constituir subterfúgios para pagar menos impostos,

já que as despesas relacionadas com a produção (na realidade, consumo intermédio) são declaradas como se constituíssem despesas de consumo final.

Quadro 3-6
TIPOS DE AGRICULTURA SEGUNDO
A CATEGORIA PROFISSIONAL DO AGRICULTOR
FRANÇA - 1988

TIPOS DE AGRICULTURA	EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS	
	nº	%
Agricultura a título principal	664 714	66.5
Agricultura de complemento	160 105	16.0
Agricultura de reformados	174 746	17.5
Total	999 565	100.0

Fonte: Brangeon & Jégouzo, 1993

Embora sejam responsáveis por uma parte diminuta da produção final e registem provavelmente sucessivos excedentes contabilisticamente negativos, a sua manutenção é explicada pela existência de outros componentes do rendimento familiar e pelo exercício de uma actividade que garante uma ocupação vital e quotidiana.

As modalidades de pluriactividade são, na realidade, dinâmicas, complexas e diversificadas. Evoluem de acordo com o padrão dominante sócio-económico (crises ou expansão económica), reflectem a tradição local ou regional da ligação cultural à terra e fortalecem-se ou desagregam-se em função de solicitações e oportunidades que a sociedade envolvente lhes proporciona. Mais uma vez haverá que ter grandes cautelas ao pretender encontrar correspondências unívocas destas modalidades de agricultura.